



Congresso se reúne amanhã para analisar vetos e créditos

Sessão deve concluir a votação de dois dispositivos barrados pelo presidente da República e votar 24 projetos que destinam recursos adicionais a diversos órgãos no valor total de R\$ 22,8 bilhões

Uma sessão do Congresso, marcada para as 11h de amanhã, deve concluir a análise de dois vetos do presidente da República a proposições aprovadas pelo Legislativo. Senadores e deputados votarão ainda 24 projetos de lei que abrem créditos adicionais no Orçamento, no valor total de R\$ 22,8 bilhões.

A intenção do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é limpar a pauta para, no dia 17, votar o Orçamento da União para 2020.

O primeiro item da pauta é o veto parcial que barrou

pontos do texto que instituiu uma minirreforma partidária e eleitoral. A norma teve 45 pontos vetados: 7 foram derrubados na sessão do Congresso da quarta-feira e 1 foi mantido.

O outro veto a ser analisado invalidou a preferência a mulheres marisqueiras no pagamento de indenizações em caso de desastres ambientais.

Os projeto de crédito de maior valor é o que destina R\$ 5,8 bilhões aos Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, além de recursos a estados, ao DF e aos municípios. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado - 27/11/2019

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, quer limpar a pauta para votar no dia 17 o Orçamento da União para 2020

No Plenário, jovens senadores aprovam três projetos

Os 27 senadores que passaram a semana em Brasília aprovaram em Plenário, na sexta-feira, três projetos de lei do Senado Jovem. As propostas seguem para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e podem vir a tramitar como

projetos de lei. Um dos textos fixa a obrigatoriedade de o poder público promover e incentivar a participação de alunos da educação básica de escolas públicas em concursos estudantis, olimpíadas de conhecimento e competições esportivas. **2**

Jefferson Rudy/Agência Senado



Jovens senadores Pedro Henrique Silva (AL), Maria Adellaide Campos (PB), Laila Soares (RN) e Thalita Pacher (SC)

Comissão faz debate sobre desoneração da folha hoje

A desoneração da folha de pagamento será debatida hoje em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. O debate, que deve ter a participação de sindicalistas, é parte do ciclo sobre Previdência e trabalho, proposto pelo senador Paulo Paim. **3**

Impostos sobre energia solar fotovoltaica serão discutidos

A Comissão de Assuntos Econômicos discute amanhã em audiência pública a possível cobrança de impostos sobre a geração de energia solar fotovoltaica. Consulta pública da Agência Nacional de Energia Elétrica pode alterar resolução sobre a tributação do setor. **3**

Comissão pode votar amanhã portabilidade da conta de luz

Proposta que prevê a portabilidade da conta de luz, alterando o modelo comercial de energia elétrica, está na pauta de amanhã da Comissão de Infraestrutura. A intenção é permitir que os pequenos consumidores possam optar por fazer parte do mercado livre. **3**

Sancionadas leis que liberam crédito extra para educação pública **2**

Pescador de locais afetados por óleo receberá auxílio de R\$ 1.996 **2**

ARQUIVO **S**

Há 60 anos, militares tentaram golpe para derrubar Juscelino

Em 3 de dezembro de 1959, na Revolta de Aragarças, oficiais da Aeronáutica e do Exército tomaram cinco aviões, incluindo uma aeronave comercial com passageiros, e tentaram derrubar o presidente JK e implantar uma ditadura. O

que os motivou foi a renúncia de Jânio Quadros à sua candidatura presidencial. Os militares viam Jânio como o único capaz de pôr fim a anos de hegemonia do getulismo no poder. Em apenas um dia, a revolta foi sufocada pelo governo. **4**



Jornal carioca noticia o fracasso da Revolta de Aragarças, em 1959

Biblioteca Nacional

Jovens senadores aprovam três propostas em Plenário

Os textos foram elaborados e debatidos pelos 27 estudantes que participaram desta edição do Jovem Senador. Agora seguem para a Comissão de Direitos Humanos e podem virar projetos de lei do Senado

EM SESSÃO DELIBERATIVA no Plenário na sexta-feira, os 27 jovens senadores aprovaram três projetos de lei do Senado Jovem (PLSJ), elaborados e debatidos por eles durante a semana. As três propostas seguem agora para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e poderão vir a tramitar como projeto de lei tradicional. A sessão foi comandada pela presidente do Senado Jovem, a jovem senadora Laila Cristina (RN), que, devido às regras regimentais, não votou os projetos.

— Sonhar grande e sonhar pequeno dá o mesmo trabalho. Esta noite eu convido todos vocês a sonharem bastante grande — disse a presidente, que só entrou no Jovem Senador em sua terceira tentativa.

Laila também anunciou o tema do Projeto Jovem Senador em 2020: “A adolescência e o despertar para o exercício da cidadania”.

Aprovado por 25 votos a 1, o PLSJ 1/2019 fixa a obrigatoriedade de o poder público promover e incentivar a participação de alunos da educação básica de escolas públicas em concursos estudantis, olimpíadas de conhecimento e competições esportivas.

O projeto também determina



Os 27 jovens senadores votaram os projetos em sessão no Plenário

que, para atender à medida, deverão ser disponibilizados recursos materiais, humanos e didáticos, inclusive em caráter opcional, com apoio de entidades públicas e privadas. O relator foi o jovem senador Elber Almeida (BA).

Milhas

O PLSJ 2/2019, aprovado por unanimidade, propõe que bonificações de milhas concedidas pelas companhias aéreas e empresas hoteleiras, adquiridas com recursos públicos da administração direta ou indireta no âmbito da União, serão destinadas à aquisição de passagens ou hospedagens vinculadas a atividades escolares extracurriculares que necessitem do deslocamento de estudantes e professores da

rede pública de ensino.

Deverá ter prioridade a participação em jogos escolares, feiras e eventos científicos, cursos de capacitação e olimpíadas escolares. A relatoria coube à jovem senadora Cibele Lioila (MA).

O PLSJ 3/2019, também aprovado por unanimidade, prevê a criação do Minuto da Cidadania, programa para ser veiculado em rádios, TVs e internet com o objetivo de conscientizar a população sobre os objetivos fundamentais da República e dos direitos, deveres e garantias fundamentais previstos na Constituição. O projeto foi relatado pela jovem senadora Nayara Silva (RO). Cada programa terá entre 30 segundos e 1 minuto e poderá ser veiculado diariamente.

Leis liberam verba para bolsas de pesquisa e inclusão digital

Foram publicadas na sexta-feira no *Diário Oficial da União* (DOU) cinco leis com liberação de crédito suplementar para a Justiça Federal e diversos órgãos do Executivo.

Uma delas (Lei 13.920) libera R\$ 1,3 bilhão para bolsas de pesquisa do CNPq, infraestrutura de escolas de educação básica e unidades socioeducativas de crianças e adolescentes. Outra, a Lei 13.917, transfere a órgãos federais, como os Ministérios da Educação, da Saúde e da Economia, crédito suplementar de mais de R\$ 39 milhões, a serem investidos, entre outras ações, em inclusão digital.

Todas as normas são oriundas de projetos de lei aprovados pelo Congresso em novembro.

MP garante auxílio a pescador de locais afetados pelo óleo

Está em vigor a Medida Provisória 908/2019, que institui o auxílio emergencial para os pescadores artesanais dos municípios afetados pelas manchas de óleo. No valor de R\$ 1.996, será devido aos pescadores inscritos e ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira. A medida foi publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União* (DOU).

Os pescadores receberão o auxílio em duas parcelas. O pagamento não impedirá o recebimento cumulativo de benefícios financeiros de outras políticas públicas, nem do seguro-defeso, do Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A MP será analisada por uma comissão mista do Congresso.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA

CDH Folha de pagamento

9h Audiência para debater desoneração na folha de pagamento.

SESSÃO ESPECIAL Dia do Síndico

10h30 Comemoração da data.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

CE Verba para bolsas de estudo

9h Audiência com o presidente da Capes, Anderson Ribeiro Correia. Às 10h30, pauta de 19 itens.

CRE Previdência dos militares

9h Entre 6 itens, o PL 1.645/2019, que reestrutura carreira e Previdência dos militares.

CAE Energia solar fotovoltaica

10h Audiência para debater cobrança de impostos sobre a geração de energia solar fotovoltaica.

DORINA NOWILL Entrega da comenda

10h Entrega da Comenda Dorina Nowill.

CI Portabilidade da conta de luz

11h O PLS 232/2016, que trata da portabilidade da conta de luz, é um dos 23 itens.

CONGRESSO Vetos e créditos

11h Análise de destaques de vetos e de projetos de créditos orçamentários.

CTFC Defesa do consumidor

11h30 Pauta de 14 itens. Às 14h, audiência para debater a melhoria do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor com base na legislação peruana.

CPMI DAS FAKE NEWS Depoimentos

13h Representantes da Associação Brasileira de Imprensa, da Agência Lupa, do Portal Aos Fatos, do G1 e da Federação Nacional dos Jornalistas.

CASPCD/CASDPI/CASDRAR Estudo

14h30 Audiência conjunta para apresentação de estudo do DataSenado sobre o cuidado de pessoas com deficiência, com doenças raras e idosas.

MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal

14h30 Análise do relatório.

MP 901/2019 Terras para RO e AP

14h30 Audiência com a participação de representantes, entre outros, da SPU, do Inkra e do Amapá Terras.

QUARTA

CAE/CRA Terras para estrangeiros

9h Reunião conjunta para apreciação do PL 2.963/2019, que libera compra de terras por estrangeiros.

CDR Desenvolvimento regional

9h Audiência pública para avaliar o programa dos centros de desenvolvimento regionais.

CAS Telemedicina

9h30 Pauta de 33 itens. Às 11h, audiência para debater uso da telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias.

CCJ Prisão em segunda instância

9h30 Pauta de 5 itens. Às 10h, audiência para discutir o PLS 166/2018, que disciplina a prisão após condenação em segunda instância. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, é um dos convidados.

SESSÃO SOLENE Promulgação

10h Promulgação da Emenda Constitucional 104/2019, que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital.

CMMIR Instalação

11h Instalação e eleição de comissão sobre migração e refugiados.

CDH Financiamento habitacional

12h Apresentação do relatório de atividades do colegiado. Depois, entre 59 itens, o PL 2.902/2019, que prioriza a mulher na contratação de financiamento habitacional.

CMCVM Proteção à vida

14h Audiência sobre o Formulário Nacional de Risco e de Proteção à Vida. Depois, apresentação de resultados da pesquisa sobre violência doméstica e familiar contra a mulher em 2019, realizada pelo DataSenado.

USINA DE BELO MONTE Licenciamento

14h Audiência para debater cumprimento dos condicionantes do licenciamento da usina.

QUINTA

CDR Desenvolvimento regional

9h Audiência pública para avaliar o programa dos centros de desenvolvimento regional.

CTEOLEO Impacto ambiental

10h Audiência para debater medidas contra impactos socioambientais do derramamento de óleo na costa brasileira. Entre os convidados, estão os ministros da Defesa e do Turismo, além do presidente do INSS e do secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura.

SESSÃO SOLENE 35 anos de instituto

11h Homenagem aos 35 anos do Instituto de Estudos Empresariais.

SESSÃO ESPECIAL Câmara de São Luís

10h Homenagem à Câmara Municipal de São Luís.

SESSÃO ESPECIAL Relações públicas

14h Comemoração dos 60 anos do setor de relações públicas no Senado.

SEXTA

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Paim condena possível instalação de mina no RS

Paulo Paim (PT-RS) condenou, na sexta-feira, o projeto de instalação da maior mina de carvão a céu aberto do Brasil, entre Charqueadas e Eldorado do Sul (RS).

De acordo com o senador, movimentos sociais, partidos, ambientalistas e a população estão mobilizados contra esse projeto, que provocará enormes impactos sociais e ambientais, uma vez que colocará em risco uma das maiores produções de arroz orgânico da América Latina.

— No lugar da produção de comida saudável, teremos uma imensa mina poluidora.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Eduardo Girão destaca prêmio de associação cearense

Eduardo Girão (Podemos-CE) destacou, na sexta-feira, o prêmio recebido pela Associação Peter Pan, que cuida de crianças em tratamento contra o câncer no Ceará. O senador disse que a ONG foi eleita, entre centenas de instituições, a melhor organização não governamental de 2019.

— Os resultados alcançados me enchem de esperança no futuro do meu país. Existe um caminho luminoso que pode ser trilhado pelos governos, em todas as esferas, ao firmarem parcerias com organizações responsáveis como a Associação Peter Pan.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Izalci defende que governo priorize empresa brasileira

Izalci Lucas (PSDB-DF) ressaltou na sexta-feira a importância do mercado de compras governamentais para o fomento do setor tecnológico e de inovação. Segundo ele, é considerável o volume de dinheiro envolvido nessas transações. Por isso, o senador defendeu que se dê preferência a empresas brasileiras.

— É preciso pensar as compras governamentais como um espaço de políticas públicas com objetivos claros, como o desenvolvimento da indústria, da tecnologia, da inovação, da redução de desigualdades e de estímulo às pequenas empresas.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Parlamentares analisam vetos e créditos amanhã

Sessão do Congresso, às 11h, deve concluir a votação de 2 dispositivos barrados pelo presidente Jair Bolsonaro e votar 24 projetos que abrem créditos adicionais de R\$ 22,8 bilhões no Orçamento

O CONGRESSO NACIONAL se reúne amanhã, às 11h, para concluir a votação de dois vetos do presidente da República a proposições aprovadas pelo Legislativo. Senadores e deputados também devem votar 24 projetos que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano, no valor total de R\$ 22,8 bilhões.

O primeiro item da pauta é o veto parcial que barrou alguns pontos do PL 5.029/2019, uma minirreforma partidária e eleitoral. O texto foi sancionado em setembro como Lei 13.877. A norma teve 45 dispositivos barrados pelo presidente: 7 já foram derrubados pelo Congresso e 1 foi mantido.

Em seguida há o Veto 44/2019, que invalidou a preferência a mulheres marisqueiras no pagamento de indenizações em caso de desastres ambientais. A preferência na ordem de



Intenção de Davi é limpar a pauta para analisar o Orçamento 2020

pagamento de indenização às marisqueiras estava prevista no PLC 47/2017, transformado na Lei 13.902.

Projetos de crédito

Dos projetos de crédito na pauta, o de maior valor é o PLN 50/2019, que destina R\$ 5,8 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, além de assegurar transferências a estados, Distrito Federal e municípios. O dinheiro vai ser usado, por

exemplo, para a adequação de um trecho da BR-343 entre Teresina e Parnaíba (PI).

A intenção do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é votar toda a pauta para abrir caminho para a aprovação do Orçamento para 2020. A pauta deve aumentar, já que o governo prometeu enviar novo projeto de lei para resolver o impasse criado com a manutenção de vetos que tinham acordo político para serem derrubados na última sessão do Congresso.

Desoneração da folha é tema de audiência hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 9h, uma audiência para debater Previdência e trabalho, com foco na desoneração da folha de pagamento, com a participação de representantes de sindicatos. A audiência foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente do colegiado.

Foram convidados o técnico do Dieese Clóvis Scherer;

o assessor da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Vanderley José Maçaneiro; o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle; o secretário-executivo da Intersindical, Edson Índio; o diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central

Sindical dos Trabalhadores, Luiz Gonzaga de Negreiros; e representantes do Ministério da Economia, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, da CSP-Conlutas, da União Geral dos Trabalhadores, da Força Sindical, da Central dos Sindicatos Brasileiros e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Taxação de energia solar fotovoltaica terá debate

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne amanhã, às 10h, para debater a cobrança de impostos sobre a geração de energia solar fotovoltaica. O autor do pedido de audiência é Major Olimpio (PSL-SP).

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu em outubro uma consulta pública que pode mudar a

resolução sobre a tributação no setor. Pela regra atual, o valor da energia gerada pelo consumidor é integralmente compensado pelo valor da tarifa de energia. Segundo a Aneel, a isenção permitiu a expansão da energia renovável. A mudança pode gerar tributos de 30% a 63% sobre a energia gerada. A consulta vai até o dia 30 de dezembro.

Segundo Major Olimpio, a mudança na regulação pode fazer com que milhares de empregos deixem de ser gerados. “Afugentará o investimento internacional no setor, além de ampliar a insegurança jurídica com sobretaxação, a partir de 2030, de quem já investiu na geração própria de energia solar”, argumenta.

Proposta prevê portabilidade na conta de luz

A Comissão de Infraestrutura (CI) deve analisar amanhã, às 11h, o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 232/2016, que prevê a portabilidade da conta de luz.

A proposta altera o modelo comercial de energia elétrica com a intenção de permitir que os pequenos consumidores possam optar

por fazer parte do mercado livre, hoje restrito a grandes consumidores de energia.

A ideia é que, a longo prazo, ocorra com o setor elétrico o mesmo que aconteceu com o setor de telefonia. No caso dos consumidores residenciais, a relação com as distribuidoras será mantida apenas para o serviço de distribuição, e haverá liberdade

para a compra de energia da geradora. Para isso, a proposta altera seis leis e a Medida Provisória (MP) 2.227/2001.

A proposição está sendo analisada em caráter terminativo na CI e, se aprovado o substitutivo, será submetida a turno suplementar. Então, o texto poderá seguir para a Câmara, caso não haja recurso para votação no Plenário.

Styvenson elogia decisão do STF sobre dados da UIF

Styvenson Valentim (Podemos-RN) elogiou, na sexta-feira, a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir o compartilhamento irrestrito de dados sigilosos de órgãos de controle financeiro, como a Unidade de Inteligência Financeira (UIF), antigo Coaf, e a Receita Federal, sem prévia autorização judicial.

— O STF manteve o que já estava decidido anteriormente pela Lei Complementar 105, de 2001, que já era considerada constitucional pelo tribunal e que permitiu o compartilhamento de dados detalhados sem autorização judicial.

Gurgacz critica falta de ônibus escolar em Porto Velho

Acir Gurgacz (PDT-RO) solidarizou-se na sexta-feira com as pessoas que acampam na Câmara Municipal de Porto Velho para reivindicar ônibus escolar aos alunos da rede pública. Segundo o senador, 2 mil estudantes moradores de distritos não podem ir à escola por falta de transporte.

— Considero essa situação um descaso muito grande com a educação, com o futuro dessas crianças, com o futuro do nosso país. O poder público, a prefeitura não pode levar tanto tempo para resolver uma situação imprescindível para a educação das nossas crianças.

Modelo federativo precisa de ajustes, diz Confúcio Moura

Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou na sexta-feira que, 130 anos após a Proclamação da República, é preciso fazer algo para garantir aos brasileiros acesso a serviços e direitos essenciais, como educação, saúde, emprego e renda. Segundo ele, os brasileiros não viram vingar os princípios e vantagens do republicanismo. Ao contrário, acrescentou o senador, o modelo federativo não garantiu aos estados as condições para o atendimento à população. O resultado é a situação financeira crítica de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, entes que, no passado, se destacaram.



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Em 1959, grupo fez 1º sequestro de avião do país e tentou derrubar JK

Revolta de Aragarças, que durou apenas um dia e completa 60 anos hoje, foi uma espécie de ensaio do golpe militar de 1964

Ricardo Westin

HÁ EXATOS 60 anos, um avião da Panair que havia decolado do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, rumo a Manaus, desapareceu durante a madrugada em pleno voo. Entre passageiros e tripulantes, viajavam 46 pessoas, incluindo o senador Remy Archer (PSD-MA).

Notícias descontraídas logo começaram a correr. Nesse 3 de dezembro de 1959, nas primeiras horas da manhã, um desnorreado senador Victorino Freire (PSD-MT) subiu à tribuna do Palácio Monroe, sede do Senado, no Rio:

— Preparava-me para sair de casa quando soube que havia desaparecido o Constellation da Panair em que viajava o senador Remy Archer, meu amigo. O *Repórter Esso* chegou a divulgar que o avião havia caído. A senhora Archer, com três filhinhos pequenos, em pranto, estava certa de que o marido havia morrido. Aqui permanecemos numa tortura de espera e ansiedade.

A fala de Freire está catalogada no Arquivo do Senado. Segundo os documentos do acervo histórico, os senadores Otávio Mangabeira (UDN-BA) e Afonso Arinos (UDN-RJ) interromperam o colega e avisaram que haviam acabado de receber, de mensageiros anônimos, cópias mimeografadas de um manifesto que explicava tudo, assinado por um grupo que se intitulava Comando Revolucionário.

Não se tratava de desastre aéreo. O avião da Panair havia sido sequestrado no ar — o primeiro sequestro de avião da história do Brasil. Estava em curso uma tentativa de golpe para derrubar o presidente Juscelino Kubitschek e instaurar uma ditadura militar. O Comando

Revolucionário era formado essencialmente por oficiais da Aeronáutica e do Exército.

A conspiração teve mais duas frentes. No mesmo momento em que o piloto da Panair era rendido quando atravessava a Bahia, outro grupo roubava da Base Aérea do Galeão, no Rio, três aviões da Aeronáutica repletos de armas e explosivos, e um terceiro grupo levava do Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, um teco-teco pertencente a uma empresa de mineração também carregado de armamento.

Bombas no Catete

De posse dos cinco aviões, os rebeldes voaram para uma cidadezinha de Goiás chamada Aragarças (por localizar-se na confluência dos Rios Araguaia e das Garças), que se tornou o quartel-general da revolta. O plano mais imediato era bombardear o Palácio do Catete e matar JK. O movimento, que acabaria fracassando, ficou conhecido como Revolta de Aragarças.

— Proclamo meu desacordo com essas situações violentas. Sejam quais forem as falhas do governo, por mais graves que sejam os problemas brasileiros, não será à custa de movimentos subversivos que iremos ao encontro das legítimas aspirações do povo — discursou o senador Lameira Bittencourt (PSD-PA), líder do governo.

— Quero deixar patente a reprovação da bancada udenista a qualquer movimento subversivo. A nação precisa de paz e ordem para prosseguir no exercício da sua vida democrática — concordou o senador João Villasbôas (UDN-MT), líder da oposição.

A aliança partidária PSD-PTB governava o Brasil desde 1946. Setores das Forças

Armadas estavam insatisfeitos com a hegemonia do getulismo e do trabalhismo e ansiavam por ver no poder a UDN, partido opositor que havia perdido as três eleições presidenciais posteriores à ditadura do Estado Novo.

O estopim da Revolta de Aragarças foi, em dezembro de 1959, a repentina decisão de Jânio Quadros, o presidente apoiado pela UDN, de renunciar à candidatura. A eleição estava marcada para outubro de 1960. Os militares que se aferravam a Jânio entenderam que essa desistência faria a dobradinha PSD-PTB perpetuar-se no governo.

O autointitulado Comando Revolucionário já estava em alerta por causa de dois boatos fortes. O primeiro dava conta que JK negociava uma emenda constitucional que lhe permitiria a reeleição. O segundo boato dizia que, diante do favoritismo de Jânio, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, expeunte do PTB, orquestrava um golpe para barrar a vitória da UDN e instaurar uma ditadura sindicalista no país.

— Não temos dúvida de que a revolução, a revolta, o motim ou golpe frustrado de Aragarças foi muito fruto da decepção causada pela retirada da campanha do senhor Jânio Quadros — afirmou o senador Afonso Arinos.

O manifesto divulgado pelo Comando Revolucionário descrevia o Poder Executivo como corrupto, o Legislativo como demagógico e o Judiciário como omissivo. E continuava: “Em face desse estado de degeneração, os adeptos do comunismo infiltrados nos mais variados setores, dentro e fora da administração pública, procuram tirar o máximo benefício da situação de miséria das populações

Repórter fotográfico Campanella Neto, que estava no avião sequestrado da Panair, registrou os golpistas sendo derrotados em Aragarças



Campanella Neto



Campanella Neto

para implantar o seu regime de escravidão do ser humano”.

Aragarças falhou porque os insurgentes não conseguiram o apoio imaginado. Eles esperavam que militares de todos os cantos do Brasil se somariam ao movimento assim que o manifesto fosse divulgado. Praticamente ninguém saiu dos quartéis. Também contavam com a adesão da UDN. Os políticos udenistas, contudo, calcularam que uma revolta militar nesse momento daria motivo para JK decretar estado de sítio e cancelar a eleição.

“Copacabana aérea”

Apesar de o líder da UDN no Senado ter repudiado a Revolta de Aragarças, houve senadores do partido que não endossaram a condenação e, ao contrário, aplaudiram os insurretos. Otávio Mangabeira afirmou que concordava com o diagnóstico contido no manifesto do Comando Revolucionário:

— Amo as rebeldias legítimas. O que detesto são as acomodações exageradas. A nação que se habitua a acomodar a tudo é uma nação que se educa na escola da fraqueza. No dia em que for chamada a defender a pátria, não estará moralmente habilitada a fazê-lo. Apesar de divergir deles no ponto em que pedem a demolição da estrutura constitucional e a implantação da ditadura militar, trago minha palavra de compreensão para aqueles jovens militares levados pelo arroubo de seu temperamento e pelo fogo de sua idade.

Arinos comparou Aragarças com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, de 1922:

— Eu era adolescente e morava ao lado do Forte de Copacabana. Assisti na noite de 4 para 5 de julho àquele pugilo de jovens passar de réprobos [malvados] de uma repressão brutal à condição de heróis impolutos de uma geração. Não podemos agora saber se Aragarças se trata de uma Copacabana aérea. É melhor não tomarmos aqui uma atitude de condenação.

A Revolta de Aragarças envolveu cerca de 20 rebeldes. Dado esse contingente reduzido, as forças do governo facilmente sufocaram o movimento já no dia seguinte. Não houve mortes. Um dos aviões militares roubados foi metralhado na pista de pouso de Aragarças e explodiu. Os insurretos a bordo se renderam. Os demais usaram os outros aviões para fugir para a Bolívia, o Paraguai e a Argentina. O senador Remy Archer foi libertado em Buenos Aires.

Poucos dias depois, Jânio Quadros retomou sua candidatura — “Jânio renuncia à renúncia”, noticiou um jornal. Ele venceu, marcando enfim a chegada da UDN ao poder e esfriando os ânimos golpistas das Forças Armadas. Mas a paz não duraria. Em 1961, a renúncia de Jânio à Presidência e a posse de João Goulart despertariam os conspiradores. Em 1964, o golpe não seria frustrado.

SAIBA MAIS
Veja trajeto dos aviões tomados em 1959: <http://bit.ly/Aragarcas>



Aragarças foi protagonizada por militares contrários a JK e João Goulart e favoráveis ao candidato Jânio Quadros



Domínio Público